

O QUE JOVENS E ADULTOS AUTISTAS FALAM SOBRE O AUTISMO: ANÁLISE DO CONTEÚDO PRODUZIDO NO *INSTAGRAM*

Kethelyn Lay Basílio Nunes de Brito¹
Thais Victoria Curcino de Abreu²
Maria Gabriela Vicente Soares³
Mickaelle Fernandes Cordeiro⁴
Viviane Alves dos Santos Bezerra⁵
Lilian Kelly de Sousa Galvão⁶

RESUMO

O *Instagram* é uma rede social que surgiu em 2010, para fins pessoais, comerciais e de exploração de temas e defesa de causas, como é o caso do ativismo do autismo. Nesta rede, os conteúdos formais e informais produzidos por autistas jovens e adultos têm aumentado de forma significativa. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, que manifesta-se desde a primeira infância, e é caracterizado, principalmente, por dificuldades na comunicação e na interação social. O número crescente de diagnósticos de TEA, com prevalência média de 62/10.000 indivíduos, faz com que esse tema venha ganhando notoriedade, tanto na literatura científica quanto na mídia. Contudo, observa-se que a produção acadêmica acerca do autismo centra-se, de forma privilegiada, na visão do cuidador, da criança e do profissional, negligenciando o que significa ser autista para autistas jovens e adultos. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar os conteúdos que jovens e adultos autistas produzem sobre o autismo no *Instagram*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de análise documental, que adotou a coleta de dados públicos de rede social. 68 perfis foram analisados e tiveram suas postagens categorizadas por meio da Análise Conteúdo de Bardin, considerando um recorte temporal de janeiro a dezembro de 2021. Após a análise de cinco juízes, os resultados foram estruturados em quatro grandes categorias: Autismo: diagnóstico, intervenções e comorbidades; Habilidades sociais e comportamentos agressivos; Inserção social: sexualidade, religião, mercado de trabalho e direitos; e, *Posts* pessoais, polêmicas, críticas e preconceitos. Espera-se que os resultados do presente trabalho contribuam para ampliar o debate sobre o TEA. Por fim, sugere-se, para aprofundar os dados sistematizados nessa pesquisa, que outros estudos sejam realizados.

Palavras-chave: Autismo, *Instagram*, Análise de conteúdo, Autista.

¹Graduando do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal Paraíba - UFPB, kethelynlay15@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal Paraíba - UFPB, thaisvictoria03@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mickaelle2016fernandes@gmail.com;

⁴Graduanda do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, psicop.mabi@gmail.com;

⁵Formada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, vivianebezerrapsi@gmail.com;

⁶Professora orientadora: Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Docente do curso de Psicopedagogia da UFPB, lilian.galvao@academico.ufpb.br.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), consoante ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), é um transtorno do neurodesenvolvimento tipificado por *déficits* no comportamento, na comunicação e interação social. O DSM-V classifica o transtorno em três níveis de suporte: nível 1 (exige apoio), nível 2 (exige apoio substancial) e nível 3 (exige apoio muito substancial). Estes especificadores são usados para caracterizar o nível de autonomia e independência, estando em concordância com a intensidade da dificuldade referente aos padrões de comportamentos restritos e repetitivos e a comunicação social.

É válido contextualizar que o TEA passou por diferentes formas de compreensão e nomenclaturas ao longo da história. Durante a década de 70, Médicos como Esquirol e Philippe Pinel, por exemplo, classificaram o TEA como sendo idiotia, enquadrando-o como esquizofrenia infantil. Essas primeiras percepções serviram de subsídio para que o médico psiquiatra Wilhelm Griesinger classificasse o autismo como casos de demência/retardamento mental infantil.

No que se refere a etiologia, considera-se multifatorial, associada a fatores neurobiológicos e genéticos (GOMES et al, 2015). Sobre a prevalência do TEA no mundo é 62/10.000 crianças, sendo cinco meninos diagnosticados para cada uma menina (SANTOS et al., 2015). Um estudo feito nos Estados Unidos da América pela CDC (Centro de Controle de Doenças e Prevenção), publicado em 2021, com dados de 2018, a prevalência geral foi de 23/1.000 crianças de 8 anos (1 em cada 44) sendo 4,2 vezes mais predominante em meninos. Esses dados indicam que o TEA possui uma maior predominância no sexo masculino, embora alguns pesquisadores apontem que as meninas podem ser subdiagnosticadas por conseguirem “mascarar” melhor os sintomas (BARGIELA et al., 2016).

Durante o ano de 2008, a palavra autismo foi utilizada pela primeira vez no livro “Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais” de Dalgarrondo (2008) para descrever uma espécie de Esquizofrenia: a Síndrome Autística Esquizofrênica, caracterizada pela dificuldade ou impossibilidade de realizar contato afetivo, baixo convívio social, comportamentos restritos, e outros. O psiquiatra Baltimore foi um dos primeiros médicos a descrever o autismo, mas ainda nessa perspectiva de esquizofrenia. Posterior a isso, houve diversos discursos e estudos sobre o tema, para chegar ao que é descrito no DSM-5. Na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), o autismo só foi relatado em sua sexta edição (1950) na categoria de “Perturbações

Esquizofrênicas”, e apenas no CID-9 (1979) foi transferido para nomenclatura de “Psicose Infantil” ou “Síndrome de Kanner” (VARGAS; SCHMIDT, 2011).

Ademais, o TEA trata-se de um transtorno que relaciona-se constantemente com outras comorbidades. O DSM-5 aponta que cerca de 70% dos autistas possuem como comorbidade algum transtorno mental, e cerca de 40% podem apresentar dois ou mais transtornos mentais. Entre os transtornos associados, encontra-se frequentemente o Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI); estudos também apontam para as dificuldades e atrasos de linguagem/fala graves, tendo influência direta na comunicação social. Dentre as síndromes, constata-se relações frequentes com a Síndrome de Down, Síndrome X Frágil, entre outras. No que diz respeito a Transtornos Psiquiátricos, a ansiedade está presente em cerca de 42 a 56% e a depressão manifesta-se em 7 a 24% das pessoas autistas; também existem dados significativos que sustentam uma relação do autismo com o TOC (Transtorno Obsessivo Compulsivo), TOD (Transtorno Opositor Desafiante), Transtornos Psicóticos e Transtornos de Personalidade e de Comportamento (RIBEIRO, 2015).

Em face ao exposto, percebe-se que, nas últimas décadas, a discussão sobre o TEA vem ganhando notoriedade, tanto na literatura científica, como na mídia por meio de produções audiovisuais, como é caso das séries “*The Good Doctor*” (*Globoplay*) e “*Amor no Espectro*” (*Netflix*). Entretanto, embora o tema venha recebendo destaque, observa-se que a produção acerca do autismo centra-se, de forma privilegiada, na visão do cuidador, da criança e do profissional, negligenciando o que significa ser autista para autistas jovens e adultos. Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o que jovens e adultos autistas brasileiros têm produzido sobre a temática do autismo no *Instagram*.

METODOLOGIA

Esse estudo é caracterizado como pesquisa de análise documental e coleta de dados públicos de rede social, de natureza qualitativa (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011).

Para a coleta de dados, buscou-se por perfis no *Instagram* de jovens e adultos autistas, brasileiros, que produziam conteúdos sobre autismo e temas correlatos. Para o processo de seleção destas páginas, aplicaram-se descritores como “autismo”, “TEA”, “atípico”, “neurodiverso”, entre outros semelhantes. Após a seleção, realizou-se a filtragem dos perfis. Nessa fase, foram descartados os perfis administrados por pessoas não autistas, os infantis, os que eram de caráter privado e os que não produziam conteúdo sobre autismo.

Após a aplicação dos filtros de seleção, 68 perfis foram considerados aptos para o processo de análise do conteúdo. Para a formação do *corpus* de análise da pesquisa, dentro do

recorte temporal de janeiro a dezembro de 2021, as legendas de *posts* dos perfis selecionados foram transcritas na íntegra em arquivo *Word*, desconsiderando vídeos, *stories* e *reels*.

O *corpus* foi lido e analisado por três juízes que selecionaram os perfis com maior relevância na produção de conteúdo sobre autismo. Após o processo de filtragem de conteúdo, 32 perfis foram escolhidos para a realização da análise de conteúdo categorial.

A organização dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), que conduz descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, que favorecem a reinterpretação das mensagens em um nível que busca exceder a leitura comum (MORAES, 1999). Desta forma, possibilitou-se a formação de categorias temáticas construídas a partir da colaboração de juízes, que definiram a pertença dos conteúdos às categorias, com índice de concordância de, no mínimo, 2 para 1.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados dos perfis foram organizados em quatro grandes categorias temáticas, a saber: “Autismo: diagnóstico, intervenções e comorbidades”; “Habilidades sociais e comportamentos agressivos”; “Inserção social: sexualidade, religião, mercado de trabalho e direitos” e “*Posts* pessoais, polêmicas, críticas e preconceitos”. A seguir será realizada uma descrição discursiva de cada uma dessas categorias.

Autismo: diagnóstico, intervenções e comorbidades

A primeira categoria, intitulada “Autismo: diagnóstico, intervenções e comorbidades” foi organizada em três subcategorias: “Diagnóstico”, que reuniu os relatos sobre a descoberta do diagnóstico; “Intervenções”, que englobou postagens que retratavam as intervenções que poderiam ter ou não eficácia na melhora da qualidade de vida do autista; e “Comorbidades”, que agregou respostas que descreviam comorbidades associadas ao autismo, como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, a depressão e o Transtorno do processamento sensorial. Exemplos de respostas pertencentes a essa categoria:

É incrível saber que o que eu sou tem um nome, eu não sou estranha, sou autista! (...) Sei que tem o processo de aceitação, porque não é fácil ser atípica em um mundo onde o padrão estabelecido como certo é o neurotípico (Perfil nº 017 – Subcategoria Diagnóstico).

Alguns tipos de terapias para autistas. Terapia Ocupacional: ajuda a desenvolver as habilidades finas e as atividades da vida diária. Fonoaudiologia: Ensina a língua falada e habilidades de comunicação não verbal. ABA (Analysis Behavior Applied:



Análise de Comportamento Aplicada): Terapia que usa técnicas para guiar o aprendizado e trazer mudanças no comportamento. Recebe muitas críticas e alguns profissionais a acham muito intensa e que pode ser traumatizante para as crianças(...) (Perfil nº 002 – Subcategoria Intervenções).

Já perdi a conta de quantas vezes deixei de ir em lugares por conta do barulho que teria lá. Sempre que tem muito barulho, eu me desorganizo. Na escola não dá para fugir, por isso uso protetores auriculares, mas já disseram pra mim que eu estava exagerando e que era frescura (...) Então por favor, respeite nossos limites e sensibilidades, não chame de exagero algo que você não sente (Perfil nº 017 – Subcategoria Comorbidades).

De acordo com Araújo e Schwartzman (2011), o diagnóstico precoce do autismo tem como intuito beneficiar a vida da criança em longo prazo, e, mesmo quando é dado apenas na fase adulta, conforme explicitado em várias postagens coletadas nessa pesquisa no *Instagram*, pode trazer inúmeros benefícios. Com o diagnóstico atestado, a intervenção interdisciplinar torna-se necessária, de modo que considere todas as particularidades do quadro clínico do indivíduo, respeitando as peculiaridades de cada caso (SILVA; MULIK, 2009; SILLOS et al., 2020).

Habilidades sociais e comportamentos agressivos

A segunda categoria, denominada “Habilidades sociais e comportamentos agressivos”, é composta por duas subcategorias: “Empatia e temas correlatos” e “Agressão”

A primeira subcategoria, intitulada “Empatia e temas correlatos”, reuniu as postagens em que os autistas escrevem sobre a empatia e temas relacionados a esse construto, como sensibilidade, afetividade e luto. De acordo com Hoffman (2000), a empatia é capacidade de se colocar no lugar do outro e inferir seus sentimentos e pensamentos, podendo o conhecimento gerado por esse processo, motivar respostas pró-sociais mais adequadas para a situação da outra pessoa do que para sua própria situação. Nesse sentido, trata-se de um construto multidimensional, com dimensões afetivas, cognitivas e motivacionais.

Um dos mais comuns estereótipos sobre o autismo é considerar que o autista não tem empatia ou sensibilidade aos sentimentos do outro. Esse rótulo é amplamente criticado por autistas ativistas jovens e adultos, como retrata uma publicação do autor do perfil nº 03: “Três estereótipos de autismo para você nunca mais reproduzir. Autista não tem empatia: Algumas pessoas autistas podem apresentar dificuldade em demonstrar sentimentos e emoções, o que não significa que não sintam empatia (...)”. Corroborando o que foi discutido pelo autor do perfil nº03, estudos demonstram que indivíduos diagnosticados com TEA, apesar de possuírem dificuldade em entender a propriedade mental do outro, como pensamentos e emoções (empatia cognitiva), possuem a capacidade de sentir com o outro tanto quanto



peessoas neurotípicas (empatia afetiva) (BIANCHIN; GOMES, 2018; ROZA; GUIMARÃES, 2021). Nota-se que esses achados são congruentes a compreensão sobre empatia no espectro autista do autor do perfil n° 010 “os autistas têm empatia, no entanto, podem apresentar dificuldade na interpretação e percepção de sentimentos”.

No que se refere à subcategoria “Agressão”, verifica-se a presença de relatos que versam sobre episódios de autistas como autores de episódios agressivos e autoagressivos que são associados, geralmente, ao processo de sobrecarga vivenciado por muito autistas. O autor do perfil n° 02 menciona: “(...) Geralmente esses episódios de autoagressão acontecem quando a pessoa está sobrecarregada ou quando uma crise está para acontecer (...) o objetivo dessas estereotipias é buscar estímulos sensoriais para se regular quando há estresse”. Note-se que essa informação divulgada por um autista é coerente com a literatura acadêmica científica. Schoen-Ferreira (2011) afirma que as estereotipias podem estar relacionadas a autoagressão, especialmente como uma forma de autorregulação dos estímulos recebidos do meio.

Inserção social: sexualidade, religião, mercado de trabalho e direitos

A terceira categoria, "Inserção social: sexualidade, religião, mercado de trabalho e direitos", que trata de temas relacionados a inserção social, foi organizada em quatro subcategorias: “Sexualidade”, com *posts* que expõem relatos sobre relacionamentos amorosos vivenciados por pessoas autistas; “Religião e espiritualidade”, com publicações que descrevem experiências de pessoas autistas com a religião e a espiritualidade; “Mercado de trabalho”, com postagens sobre o mundo acadêmico e o mercado de trabalho no TEA e “Direitos”, com publicações que expõem, de forma sistemática, os direitos da pessoa com deficiência.

A Organização das Nações Unidas (ONU), em sua Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência definem como seu objetivo a proteção e a garantia de igualdade no reconhecimento dos direitos humanos e liberdades fundamentais de pessoas com deficiência. Como expressa no art. 1º da Convenção:

Artigo 1- Propósito

O propósito da Convenção é o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2007).

Outrossim, a Convenção estabelece em seu art. 3º princípios gerais, como a liberdade de fazer suas próprias escolhas, autonomia e independência, a dignidade inerente, a não discriminação, igualdade de oportunidades, inclusão e participação plena e efetiva na sociedade, acessibilidade, entre outros. Tratado que foi assinado e ratificado pelo Brasil, e, tornou-se Emenda Constitucional.

No entanto, conforme problematiza Resende e Vital (2008), embora o Brasil seja um dos poucos países que possuem uma legislação específica para essa comunidade, pessoas com deficiência permanecem sendo uma estatística alta de exclusão social em diversos âmbitos de sua vida, como profissional, educacional e social. A esse respeito, o autor do perfil de nº 26 comenta que, “apesar da inclusão ser algo garantido em lei, em processos seletivos, muitas empresas descartam candidatos autistas qualificados para o cargo, por possuírem dificuldade na interação”. E o autor do perfil de nº 02 lembra que “empresas e instituições sociais devem elaborar práticas que incluam pessoas com deficiência, pois a inclusão é um direito, não um favor”.

Sobre a questão da autonomia, Mellos (2001) ressalta a importância de favorecer a independência de pessoas autistas desde a infância. Lopes et al (2018), ao se referir aos jovens e adultos autistas, afirmam que os autistas são plenamente capazes de expressar o desejo de desenvolver relacionamentos, sejam eles afetivos, românticos ou sexuais. A esse respeito o autor do perfil nº 02 traz:

“[...] Ensinar independência às pessoas autistas do seu convívio. Entender que pessoas autistas são capazes de estabelecer suas identidades de gênero e orientação sexual. Fornecer educação sexual às pessoas autistas do seu convívio. Entender que pessoas autistas são capazes de escolher querer ou não ter relacionamentos amorosos. Respeitar suas preferências, deixando que façam suas próprias escolhas e tomem decisões (sempre com diálogo e segurança). Autistas adultos existem e precisamos falar sobre isso.”

Posts pessoais, polêmicas, críticas e preconceitos

A quarta categoria, “*Posts pessoais, polêmicas, críticas e preconceitos*”, é constituída por três subcategorias que reúnem postagens pessoais ou de caráter crítico: “*Posts pessoais*”, “*Polêmicas e críticas*” e “*Preconceito, gênero e capacitismo*”.

A primeira subcategoria “*Posts pessoais*” agregou postagens de cunho pessoal, em que os autistas falam sobre acontecimentos cotidianos, relatam passeios, aventuras, *hobbies*, frases motivacionais, dentre outros semelhantes. Os conteúdos que foram sistematizados nessa categoria são importantes para mostrar que autista, assim como qualquer pessoa, tem vida pessoal que pode ser compartilhada nas redes sociais.



A segunda subcategoria “Polêmicas e críticas” reuniu publicações sobre as polêmicas e críticas relacionadas ao autismo, como o uso do termo “sair do espectro”. Sobre esse termo, Santos (2008) ressalta que o TEA não tem cura e, conseqüentemente, a expressão “sair do espectro” é amplamente criticada pelos autistas, conforme pode ser visto no *post* publicado no perfil de nº 02:

“(…) Quando pessoas autistas refazem o teste de autismo e acabam pontuando abaixo da linha de corte, alguns profissionais consideram que saiu do espectro. Mas o que acontece com esse autista que saiu do espectro? Ele deixou de ser autista? A resposta é não. Quem nasce autista vai ser autista o resto da vida. O que geralmente acontece é que esses autistas aprenderam tantas dicas para conseguirem se adaptar a um mundo neurotípico que acabaram nem parecendo mais tão autistas assim. (...)”

A terceira subcategoria “Preconceito, gênero e capacitismo”, elenca postagens que expõem relatos de autistas contra a desinformação que acarreta em situações de preconceito e capacitismo. De acordo com Vendramin (2019), capacitismo é a leitura que fazemos da condição física de uma pessoa com deficiência, assim julgando o que ela é capaz ou não de fazer. O autor do perfil nº 06 aponta que o capacitismo ocorre de duas formas: “sem a intenção de machucar, quando repassa o preconceito enraizado na sociedade, com o uso, por exemplo, da palavra “retardado” e com a intenção de magoar, quando acontece por maldade (...) O importante é a gente aceitar que errou, não repetir, e evoluir. Errar é normal, natural. Ser capacitista não!”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar os conteúdos produzidos sobre autismo por jovens e adultos autistas no *Instagram*. Com base nos resultados, sugere-se que outros estudos aprofundem os aspectos aqui explorados e ofereçam, cada vez mais, visibilidade à perspectiva de jovens e adultos autistas sobre o autismo.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UFPB), pelo auxílio financeiro que contribuiu com a realização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.
- ARAÚJO, Ceres Alves de; SCHWARTZMAN, José Salomão. **Transtorno do espectro do autismo**. São Paulo: Memnon, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARGIELA, S.; STEWARD, R.; MANDY, W. The experiences of late-diagnosed women with autism spectrum conditions: An investigation of the female autism phenotype. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 46, n. 10, p. 3281-3294, 2016.
- BIANCHIN, L. F.; GOMES, Karin Martins. O desenvolvimento da empatia e vínculo afetivo em crianças e adolescentes abrigados. **Revista de Iniciação Científica**, v. 16, n. 1, p. 41-54, 2018.
- BRASÍLIA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada** / Coordenação de Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: 2008.
- CASTANHEIRA, M. do C. **Perturbação do Espectro do Autismo–Estratégias de intervenção em situações de crise de agressividade protagonizadas por crianças com PEA**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.
- ELSABBAGH, M. et al. Global prevalence of autism and other pervasive developmental disorders. **Autism research**, v. 5, n. 3, p. 160-179, 2012.
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- FILHO, L. D. S. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: sua concretude no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5321, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/37069>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- GOMES, P. T. M. et al. Autismo no Brasil: uma revisão sistemática da família desafios e estratégias de enfrentamento. **Jornal de Pediatria**, v. 91, n. 2, p. 111-121, 2015.
- HOFFMAN, M. L. **Empathy and Moral Development: Implications for Caring and Justice**. New York, United States of America: Cambridge University Press, 2000.
- LOPES, S. V. M. U. et al. Transtorno do Espectro Austista e Sexualidade. **CIAIQ2018**, v. 2, 2018.



MAENNER, M. J. et al. Prevalência e características do transtorno do espectro do autismo em crianças de 8 anos – rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento, 11 sites, Estados Unidos, 2018. **MMWR Surveillance Summaries**, v. 70, n. 11, pág. 1, 2021.

MAS, N. A. **Transtorno do espectro autista-história da construção de um diagnóstico**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MELLO, A. M. S. **Autismo**: guia prático. 2001.

ONZI, F. Z.; DE FIGUEIREDO GOMES, R.. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 12, n. 3, 2015.

REIS, S. T.; LENZA, N. A Importância de um diagnóstico precoce do autismo para um tratamento mais eficaz: uma revisão da literatura. **Revista Atenas Higeia**, v. 2, n. 1, p. 1-7, 2020.

RIBEIRO, J. F. A. **Perturbação do espectro do autismo: artigo de revisão das comorbidades associadas**. 2015. Tese de Doutorado.

ROZA, S. A.; GUIMARÃES, S. R. K. Empatia Afetiva e Cognitiva no Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma Revisão Integrativa da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, A. L. V. et al. Diagnóstico precoce do autismo: dificuldades e importância. **Revista Renome**, v. 4, p. 23-24, 2015.

SAP BRASIL. **Inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo no ambiente profissional**. 2019. Disponível em: <https://news.sap.com/brazil/2019/04/inclusao-de-pessoas-com-transtorno-do-espectro-do-autismo-no-ambiente-profissional-bl0g/>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, p. 116-131, 2009.

VARGAS, Rosanita Moschini; SCHMIDT, Carlo. < b> Envolvimento parental e a inclusão de alunos com autismo. **Acta Scientiarum. Education**, v. 39, n. 2, p. 207-217, 2017.

VENDRAMIN, C. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. **Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos**, 2019.